



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2018 - UASG 510209**

Nº Processo: 36796000120201882. PREGÃO SRP Nº 4/2017. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL. CNPJ Contratado: 07065674000113. Contratado : SALENAS MATERIAIS PARA ESCRITORIO-EIRELI. Objeto: Aquisição de material de consumo (colchetes para fixação tamanhos 8 e 12). Fundamento Legal: Decreto 7892/2013 . Vigência: 28/03/2018 a 28/09/2018. Valor Total: R\$2.490,00. Fonte: 250570202 - 2018NE800077. Data de Assinatura: 28/03/2018.

(SICON - 03/04/2018) 512006-57202-2018NE800034

**SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº. 827871/2016 CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Quatiguá/PR, - CNPJ nº. 76.966.852/0001-08. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a Alteração da Clausula Sexta do Valor e da Dotação Orçamentária no que concerne a Contrapartida. O Valor total do Convênio será de R\$ 155.400,00 com a Contrapartida de R\$ 55.400,00. PARTÍCIPES: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CNPJ nº.

05.526.783/0001-65 e o Município de Quatiguá/PR, - CNPJ nº. 76.966.852/0001-08. PROCESSO: 71001.002408/2016-20. DATA DE ASSINATURA: 03/04/2018.

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº. 841909/2016 CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Pirassununga/SP - CNPJ nº. 45.731.650/0001-45. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a Alteração da Clausula Sexta do Valor e da Dotação Orçamentária no que concerne a Contrapartida. O Valor total do Convênio será de R\$ 164.000,00 com a Contrapartida de R\$ 34.000,00. PARTÍCIPES: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Pirassununga/SP - CNPJ nº. 45.731.650/0001-45. PROCESSO: 71001.052088/2016-59. DATA DE ASSINATURA: 03.04/2018.

**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2018**

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio da Senhora Ordenadora de Despesas da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), substituta, no uso de suas atribuições e, em cumprimento ao disposto nos Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, e na alínea "b" do §1º, art. 10 da IN/TCU/Nº 71, de 28/11/2012 e suas alterações, resolve notificar, publicamente, o abaixo nomeado, residente em lugar incerto e não sabido, a conhecer e atender as pendências na prestação de contas final dos recursos transferidos pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para a execução do Convênio nº 041/2007 (SIAFI nº 603105), celebrado com o Município de Jandira/SP, que se encontra sob a guarda da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 4º Andar, sala 446 - CEP: 70.054-906 - Brasília/DF.

Ex-Prefeito	CPF	Município	Processo	Ofício Citatório
WALDERI BRAZ PASCHOALIN	503.215.368-00	Jandira/SP	71000.008413/2007-65	Oficio nº 17/2018/MDS/SESAN

O não atendimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) em desfavor do responsável, conforme preconizado na IN/TCU Nº 71/2012 e na Lei 10.522/2002 e suas alterações.

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

PARTÍCIPES: A União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social, e o Banco do Brasil S.A.

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 03 ao Acordo de Cooperação nº 001/2012 (Processo nº 71000.023741/2012-59).

OBJETO: Constitui objeto deste TERMO ADITIVO a prorrogação da vigência do Acordo de Cooperação nº 001/2012-SESAN por 3 (três) meses. VIGÊNCIA: Até 03 de julho de 2018.

DATA DE ASSINATURA: 03 de abril de 2018.

SIGNATÁRIOS: CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA, Representante do Ministério Desenvolvimento Social - CPF nº 228.546.570-04 e THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ, Gerente de Negócios da Agência Governo Federal - CPF nº 015.168.456-17.

**Ministério do Esporte**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 180002**

Número do Contrato: 3/2017.

Processo: 58701004304201513.

DISPENSA Nº 3/2017. Contratante: DEPARTAMENTO DE GESTAO INTERNA -.CNPJ Contratado: 00336701000104. Contratado : TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA -TELEBRAS. Objeto: Retificar o CNPJ do contrato Administrativo nº 03/2017, bem como Prorrogar o prazo de vigência do presente instrumento por mais 12 (doze) meses, a partir de 29 de março de 2018. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 29/03/2018 a 29/03/2019. Valor Total: R\$865.750,92. Fonte: 100000000 - 2018NE800100. Data de Assinatura: 29/03/2018.

(SICON - 03/04/2018) 180002-00001-2018NE800097

**SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**

**EDITAL Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2018**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital de seleção de atletas a serem beneficiados pelo Programa Atleta Pódio, instituído pela Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, e nos termos das Portarias ME nº 67, de 4 de abril de 2013, nº 164, de 6 de outubro de 2011 e Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O pleito será regido por este Edital e executado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital a seleção de atletas praticantes de modalidades individuais que compõem o programa dos Jogos Olímpicos ou dos Jogos Paralímpicos, de verão ou de inverno, os quais, uma vez selecionados, gozarão dos benefícios relativos ao Programa Atleta Pódio, instituído pela Lei nº 12.395, de 2011, durante o ciclo de 2016 - 2020 para os jogos de verão e o ciclo 2018 - 2022 para os jogos de inverno.

2.2. Para os fins deste Edital, consideram-se modalidades individuais que fazem parte do Programa dos Jogos Olímpicos ou dos Jogos Paralímpicos aquelas indicadas no programa do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Paralímpico Internacional (IPC), respectivamente, e administradas, no Brasil, por entidades vinculadas ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), conforme o caso.

2.3 Para efeito deste Edital, ciclo olímpico e paralímpico é o período compreendido entre a realização de 2 (dois) Jogos Olímpicos ou 2 (dois) Jogos Paralímpicos, de verão ou de inverno, ou o que restar até a realização dos próximos Jogos Olímpicos ou Jogos Paralímpicos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Para participar da presente seleção, e sem prejuízo de outras exigências previstas neste Edital, o atleta deverá cumprir, cumulativamente, as seguintes exigências:

a) estar em plena atividade esportiva;

b) estar vinculado a uma entidade de prática esportiva ou a alguma entidade nacional de administração do desporto;

c) apresentar declaração acerca do recebimento, ou não, de qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, apontando o(s) valor(es) efetivamente recebido(s) e qual(is) o(s) período(s) de vigência do(s) contrato(s), entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de veiculação de qualquer marca de produto ou serviço;

d) estar ranqueado junto à entidade internacional relativa à sua modalidade, entre os vinte primeiros colocados do mundo em sua prova específica, desde que presente no Programa de competições dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos vigentes, de verão ou de inverno, no momento da postagem do Plano Esportivo ou da data do protocolo, diretamente, neste Ministério do Esporte.

e) ter sido indicado pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), e Ministério do Esporte, sendo a entidade membro do Grupo de Trabalho.

§ 1º A contemplação no presente processo seletivo implicará em renúncia da percepção do benefício em curso.

4. DA ANÁLISE DA INDICAÇÃO DO ATLETA

4.1 As propostas apresentadas serão analisadas para fins de:

a) Aprovação; e

b) Reprovação.

4.2. Somente serão analisadas as indicações feitas pelas entidades nacionais de administração do desporto, Ministério do Esporte, Comitê Olímpico do Brasil ou Comitê Paralímpico Brasileiro e que, cumulativamente, preencherem as condições de participação previstas nas alíneas 'a' a 'e' do item 3.1 deste Edital.

4.2.1 Serão rejeitadas liminarmente, sem análise acerca do descumprimento das condições de participação, as propostas encaminhadas fora dos prazos estipulados no cronograma inserto no item 8.1.

4.3. A análise das indicações e dos respectivos Planos Esportivos compete aos Grupos de Trabalho instituídos pela Portaria ME nº 456, de 24 de novembro de 2016 e alterações, respeitada a modalidade específica de cada atleta.

4.3.1 Os formulários de indicação deverão conter os critérios técnicos utilizados para a indicação dos atletas, de acordo com as especificidades de cada modalidade ou prova, conforme modelo padrão disponibilizado pelo Ministério do Esporte.

4.4 Após a aprovação da indicação pelo Grupo de Trabalho o atleta será notificado para, em até 7 dias úteis, preencher o cadastro online disponível no endereço eletrônico <http://www.esporte.gov.br/index.php/pre-cadastro>; e apresentar o Plano Esportivo de que trata o item 5 deste Edital.

5. DO PLANO ESPORTIVO

5.1. CRITÉRIOS PARA PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO

5.1.1. A inscrição online é confirmada após recebimento de mensagem do Ministério do Esporte, contendo o número da ficha de inscrição, o login e a senha do atleta, enviada para o endereço de correio eletrônico, informado no cadastro descrito no item 4.4 deste edital.

5.1.2. Somente o atleta com cadastro online confirmado, nos termos do item 5.1.1, terá cumprido a primeira fase do pleito e será considerado atleta inscrito. A partir desse momento, será disponibilizado ao atleta o formulário de preenchimento do Plano Esportivo, acessado por meio da área restrita. Após o preenchimento, impressão e assinatura, o atleta deverá enviar ou protocolar diretamente o Plano Esportivo no Ministério do Esporte.